



Universidade de Brasília
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE FACE
Mestrado em Gestão Econômica de Inovação Tecnológica

**BRASIL E COREIA DO SUL: O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL E OS RESULTADOS APÓS OS GOVERNOS MILITARES**

MARCELO COSTA DOMINGOS — 20241126052

Profª Orientadora: Dra. Daniela Freddo

BRASÍLIA
2026

MARCELO COSTA DOMINGOS

**BRASIL E COREIA DO SUL: O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL E OS RESULTADOS APÓS OS GOVERNOS MILITARES**

Trabalho de Conclusão do Mestrado em
Gestão Econômica da Inovação Tecnológica
submetido à Universidade de Brasília.

Orientador(a): Dra. Daniela Freddo

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Danila Freddo

Prof. Dr. Roberto Eller

Prof. Dr. Juliano Vargas

Prof^a. Dr. Adriana Amado

RESUMO

Esse estudo procurou fazer uma comparação no desenvolvimento econômico entre os países Brasil e Coreia do Sul, discutindo o que os países enfrentaram a partir de 1960 até os dias de hoje. Como está a Coreia do Sul no cenário global atual e o Brasil. Tendo em vista que os dois países foram governados por militares e que chegaram ao poder sem apoio do voto popular. Brasil e Coreia eram países que suas economias eram predominantemente agrícolas e passaram por um processo de industrialização. O estudo demonstrou que os dois países estavam alinhados às potências econômicas mundiais, principalmente os Estados Unidos da América. Obtiveram significativos recursos externos e aplicaram os conceitos de uma economia de mercado, principalmente a Coreia. Houve também uma forte participação direta do Estado no desenvolvimento de seus parques industriais, porém, hoje, a Coreia encontra-se num cenário de economia desenvolvida e o Brasil ainda é uma economia chamada de periférica. O reflexo disso é visto na relação PIB *per capita*, o que demonstra uma melhor distribuição de renda. O resultado é que a Coreia conseguiu se inserir no mercado tecnológico e com isso os ganhos são muitos maiores, tendo em vista possuir o conhecimento dos mercados de semicondutores. Já o Brasil ainda tem no agronegócio uma participação importantíssima no seu Produto Interno.

Palavras-chave: Brasil; Coreia do Sul; Desenvolvimento Econômico; Estado; Inovação.

ABSTRACT

This study sought to compare the economic development of Brazil and South Korea, discussing what both countries have faced from 1960 to the present day, as well as their positions in the current global scenario. It considers that both countries were governed by military regimes that came to power without popular electoral support. Brazil and South Korea were predominantly agricultural economies that underwent processes of industrialization. The study showed that both countries were aligned with major global economic powers, especially the United States of America. They obtained significant external resources and adopted the principles of a market economy—particularly South Korea. There was also strong direct state involvement in the development of their industrial sectors. However, today South Korea is considered a developed economy, while Brazil is still regarded as a peripheral one. This difference is reflected in PIB per capita, indicating a better distribution of income in South Korea. As a result, South Korea has successfully integrated into the technological market, achieving much higher gains, especially due to its expertise in semiconductor markets. Meanwhile, Brazil still relies heavily on agribusiness as a key component of its Gross Domestic Product.

Keywords: Brazil; South Korea; Economic Development; State; Innovation.

SUMÁRIO

RESUMO	3
1 INTRODUÇÃO	6
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: QUEM ESTÁ POR TRÁS DOS GRANDES INVESTIMENTOS	9
3 COREIA DO SUL E SUA TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA	16
3.1 Aspectos Culturais dos Cidadãos Coreanos	23
4 A FORÇA DA COREIA DO SUL	24
5 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL DURANTE A DITADURA MILITAR (1960-1985)	26
5.1 Plano Collor	30
6 PROCESSO INDUSTRIAL NO BRASIL	33
6.1 Aspectos Culturais dos Cidadãos Brasileiros	36
6.2 O Processo de Industrialização nos Países Periféricos	37
7 BRASIL X COREIA DO SUL: RESULTADOS DO PROCESSO INDUSTRIAL DE CADA UM ALCANÇADOS NOS MOMENTOS ATUAIS	39
7.1 Dados dos PIB's nos dois países	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1 INTRODUÇÃO

Com a Globalização, a partir dos anos 1980 gerou-se uma nova dinâmica nas relações comerciais, culturais e políticas no cenário mundial. Com isso, os Estados precisaram e precisam de novos instrumentos para inserirem-se nesse modelo do sistema capitalista, isto é, têm a necessidade de buscar novos mecanismos e inovações para que o seu mercado nacional ganhe competitividade no cenário internacional. Nesse contexto, a tecnologia é o principal instrumento para alcançar competitividade. A denominada inovação tecnológica é entendida como o novo processo, uma novidade que passa a ser inserida no mercado. Países que conseguem gerar mais inovações tendem a se desenvolver mais rápido e a gerar crescimento econômico.

No entanto, apesar desse contexto, o mundo globalizado continua gerando distorções. No período citado, nem todos os países alcançaram o desenvolvimento esperado. Algumas economias tiveram ganhos significativos, saindo de uma economia de produção primária para se industrializar, gerando crescimento e desenvolvimento econômico; outras, nem tanto. Um exemplo de país que se beneficiou e vem se beneficiando com essas mudanças é a Coreia do Sul, que junto com o Brasil constitui-se objeto de estudo neste trabalho. Desde a segunda metade do século XX, a Coreia conseguiu alavancar seu desenvolvimento tecnológico por meio de políticas públicas estratégicas, assim como pelo uso eficaz de recursos externos, especialmente provenientes dos Estados Unidos e do Japão. Por outro lado, o Brasil, apesar de ter uma economia mais diversificada, enfrenta dificuldades persistentes em estruturar um sistema de inovação eficaz e tem sido marcado por investimentos irregulares e menor acesso a apoios internacionais direcionados ao setor. Essa disparidade levanta questões sobre o papel combinado do Estado e dos recursos externos na promoção do desenvolvimento econômico e da inovação e, ainda, suscita a reflexão sobre qual a lição que pode ser aprendida por meio de uma análise comparativa entre as duas economias. Como foi possível tamanha transformação na economia coreana? Como fazer o Brasil avançar no processo de inovação, proporcionando crescimento econômico e gerando desenvolvimento? Como o Estado e os recursos externos contribuíram para o desenvolvimento da inovação tecnológica na Coreia do Sul e no Brasil? O que o modelo brasileiro pode aprender com a experiência sul-coreana? Quanto ao mercado de semicondutores, qual o seu papel hoje? Considerando que os avanços tecnológicos, computadores,

celulares e os componentes que são utilizados nessas ferramentas devem, em muito, ao uso dos chamados semicondutores. Destaca-se que a indústria semicondutora é geralmente definida como um ramo da indústria eletrônica que produz componentes utilizando materiais semicondutores, como o silício, o germânio, o arseneto de gálio, entre outros. Além de usarem esses materiais, os semicondutores são dispositivos miniaturizados, ou seja, as escalas de tamanho físico desses componentes são micrométricas ou nanométricas. Por isso, o ramo da indústria eletrônica que produz esses microdispositivos recebeu também a denominação mais geral de microeletrônica. Essa indústria está bastante presente na Coreia do Sul, o que lhe dá retornos econômicos significativos. Já o Brasil ainda está muito atrás em relação a Coreia, mas poderia aproveitar as oportunidades desse mercado e fazer com que sua economia também venha a ter ganhos.

No intuito de trazer luz às questões levantadas, estabeleceu-se a hipótese de que o desempenho superior da Coreia do Sul em termos de inovação tecnológica e crescimento econômico, em comparação ao Brasil, está diretamente relacionado à atuação mais estratégica e coordenada do Estado, aliada ao uso eficiente de recursos externos e à priorização de setores industriais intensivos em tecnologia, como o de semicondutores. Em contrapartida, a menor efetividade do Brasil nesse processo decorre da descontinuidade de políticas públicas, da menor articulação entre Estado e setor produtivo e de limitações na inserção internacional voltada à inovação. Dessa forma, pressupõe-se que a adoção de políticas estatais mais consistentes, integradas e orientadas à inovação tecnológica poderia contribuir significativamente para o avanço do Brasil no processo de desenvolvimento econômico e aumento de sua competitividade internacional.

Para o desenvolvimento da pesquisa o caminho percorrido foi a análise descritiva da evolução histórica do desenvolvimento econômico da Coreia do Sul e do Brasil, aliada a um estudo comparativo entre as duas economias. Foram considerados aspectos geopolíticos, sócio-econômicos e culturais que influenciaram, predominantemente, o curso histórico dos dois países. Para tal, buscou-se livros, artigos científicos e revistas especializadas com vistas ao maior entendimento do tema em análise.

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de compreender, à luz das teorias do desenvolvimento econômico e da inovação — especialmente as contribuições de Joseph Schumpeter e das abordagens neoschumpeterianas —

como diferentes estratégias estatais e o uso de recursos externos influenciam trajetórias distintas de crescimento econômico em economias inseridas no processo de globalização. A comparação entre Brasil e Coreia do Sul torna-se particularmente relevante diante das disparidades observadas no desenvolvimento tecnológico e na capacidade de inovação. Ficam evidenciadas lacunas empíricas e analíticas sobre o papel do Estado, da política industrial e da inserção internacional — em especial, em setores estratégicos como a indústria de semicondutores — no desempenho econômico de países em desenvolvimento.

A escolha do tema é motivada pelo interesse em compreender as razões pelas quais países que, em determinados momentos históricos, apresentavam condições econômicas semelhantes seguiram trajetórias tão distintas de desenvolvimento. O contraste entre Brasil e Coreia do Sul principalmente no que se refere à capacidade de inovação tecnológica e ao papel do Estado na promoção do crescimento econômico, desperta o interesse em investigar quais fatores explicam esse descompasso. Além disso, há uma motivação em contribuir para o debate sobre caminhos possíveis para o avanço do Brasil no cenário internacional, particularmente no contexto das transformações tecnológicas e da crescente importância de setores estratégicos como o de semicondutores.

Para a análise ora proposta, o presente estudo apresenta-se dividido em capítulos, além desta introdução. O capítulo dois trata a respeito do desenvolvimento econômico, suas bases teóricas destacando a teoria de Schumpeter e teorias neoschumpeterianas, que destacam o processo de inovação no cenário econômico, assim como, nesse contexto, apresenta os principais partícipes do processo. O capítulo três aborda o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul, trazendo à luz a força da economia coreana na atualidade, reflexo dos investimentos, parcerias, prioridades, gestão, investimentos no desenvolvimento tecnológico, visão para o futuro e resultados obtidos na trajetória até o presente momento. Os capítulos quatro e cinco mostram a evolução da economia brasileira durante o período militar e como aconteceu o processo de industrialização no Brasil. O capítulo seis apresenta dados comparativos do PIB das duas economias e analisa a influência do Estado e ênfases adotadas pelos dois países, assim como as consequências das prioridades e práticas econômicas estabelecidas por ambos na pós era militar, bem como os resultados alcançados. Por fim, segue-se a conclusão.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: QUEM ESTÁ POR TRÁS DOS GRANDES INVESTIMENTOS

Com o fenômeno da Globalização a partir dos anos 1980 foi criada uma nova dinâmica nas relações comerciais, culturais e políticas no cenário global. Com isso os Estados precisaram e precisam de novos instrumentos para se inserir nesse novo modelo do sistema capitalista, isto é, buscar novos mecanismos para que o seu mercado nacional ganhe competitividade no cenário internacional.

Nesse cenário, a tecnologia é o principal instrumento para alcançar essa competitividade. A denominada inovação tecnológica é entendida como o novo processo, uma novidade que passa a ser inserida e aceita nos mercados. Países que conseguem gerar mais inovações, principalmente quando conseguem receber ajuda do Estado, tendem a se desenvolver mais rápido e gerar crescimento econômico. A Coreia do Sul é um exemplo, conseguiu passar por grande transformação: sua economia baseada na agricultura de subsistência transformou-se numa economia industrializada moderna (Linsu Kim, 2005, p 13).

No entanto, a busca por desenvolvimento econômico é um dos principais objetivos das economias capitalistas. O que leva uma economia a se desenvolver vem sendo estudado por diversos autores, com bastante destaque para Joseph Alois Schumpeter, em sua obra Teoria do Desenvolvimento Econômico, publicada originalmente em 1911 (1997).

A busca por crescimento e desenvolvimento econômico é o desejo de empresários, governos e demais agentes econômicos. No entanto, cabe ao empresário a tarefa de ofertar novidades, melhorar seus produtos e alcançar novos mercados; porém, esses desafios envolvem riscos e incertezas. Mas por que eles são tentados ao risco, tendo em vista que, de modo geral, parece ser mais prudente manter uma postura conservadora no seu ramo de atividade? Schumpeter (1997) conceituou essa busca como variação econômica.

Primeiramente, as relações econômicas se dão pelo fato que os produtores baseiam sua experiência no seu passado. Ele não sabe quanto deve produzir, a não ser pelo que foi produzido anteriormente. Um agricultor, um padeiro, um industrial determinam sua produção naquilo que foi vendido e consumido na produção passada. As famílias e empresas agem de acordo com suas experiências, isto é, seu consumo e sua produção já são dados predeterminados (Schumpeter, 1997).

O determinante de quanto vai se produzir é uma escolha baseada na experiência passada. O quantitativo do que foi vendido é o parâmetro para nova produção dessa forma, as produções se repetem sucessivamente.

A manutenção da quantidade produzida vai se repetindo até que surjam fatores que levem os produtores a alterar sua quantidade produzida; exemplo disso seria o crescimento da população ou o surgimento de novos mercados, esses seriam fatores naturais para o aumento da produção.

No entanto, o ser humano é voltado a desafios, e não poderia ser diferente para os empresários. A competição leva os produtores, primeiramente, à busca pela redução dos seus custos de produção e, depois, à oferta de seus produtos em mercados concorrentes.

Esgotadas essas possibilidades resta aos produtores que buscam aumentar seus rendimentos, a modificação ou criação de novos produtos. Mas criar novos produtos gera muitas incertezas e disponibilizar um produto novo não é uma tarefa fácil. O novo produto precisa ser aceito, os consumidores precisam aceitar as novidades, o que se torna um processo que pode levar tempo.

Pode-se chamar de oportunidade quando o empresário enxerga em determinado momento ou situação que é hora de ofertar algo novo. Também importante quando se percebe a necessidade de ocorrer a inovação técnica, aquele momento em que a empresa vê que precisa, ao longo do tempo, melhorar o seu produto, não necessariamente algo extraordinariamente novo, mas, por exemplo, uma mudança no *design* que deixa o produto mais atraente.

Primeiramente, tem que se pensar em vários fatores como, por exemplo, custo de um produto novo, vantagem comercial de uma inovação, *design* do produto e principalmente a aceitação comercial. As famílias não estão dispostas a pagar por algo que não faça sentido na sua vida, logo esse novo produto precisa ter aceitação social.

A tecnologia é outro fator que impacta diretamente na vida das indústrias, comércios e até na agricultura. No entanto, as empresas precisam estar atentas a estas evoluções, já que isto impacta diretamente no seu custo de produção. Inovação é fazer algo novo, é aquilo que agrega valor, traz mudança e gera riqueza.

O enfoque schumpeteriano busca superar os limites da teoria neoclássica, embasado nos modelos de equilíbrio geral com mercados perfeitamente competitivos. Enfatiza o papel dos empresários (agentes responsáveis pela

introdução e disseminação das inovações), das firmas de grande porte, das estruturas de mercado oligopolizadas e dos instrumentos de crédito para o processo de inovação. Apoia-se na ideia de representação da atividade econômica em termos de movimentos cíclicos e utiliza como referencial o modelo de fluxo circular, em que o processo de desenvolvimento não ocorre de forma gradual e contínua, mas por meio de grandes interrupções com alternância de situações de crescimento e depressão. (Iglioni, 2002 *apud* Feitosa, 2011).

O desenvolvimento econômico é resultado da ruptura do fluxo circular em determinado momento e o estímulo para o início de um novo ciclo está na inovação tecnológica, resultante da ação de empresários empreendedores (Cário e Pereira, 2002). A estrutura econômica é constantemente modificada, por meio da substituição de antigos produtos e hábitos de consumo por novos produtos.

O processo de criação de novos produtos também acarreta na destruição dos antigos produtos, um exemplo, foi a criação do *Compact Disc*, conhecido como CD de música, nos anos de 1990. Seu surgimento levou ao quase desaparecimento do chamado Disco de Vinil e, hoje, os mesmos CD's, também já desapareceram.

Segundo Castilhos (1997, *apud* Feitosa (2011), duas linhas de investigação surgem após as ideias de Schumpeter: a) uma análise do tipo macroeconômica, que consiste em um levantamento puramente estatístico do lançamento de inovações em determinados períodos; b) uma análise mais estrutural, que acentua o processo de constituição das configurações tecnológicas.

Com base nessa segunda linha de investigação surgiram duas correntes a partir da década de 1980. A corrente americana (ou evolucionista), cujos expoentes são Nelson e Winter; e a corrente inglesa, representada pelos economistas de Sussex, com destaque para Freeman, Dosi, Pavitt e Carlota Perez, dentre outros (Feitosa, 2011).

A abordagem evolucionista afirma que as alterações econômicas são provocadas pelas firmas na tentativa de lançar inovações e com a concorrência são selecionadas ou não por meio do mercado. Para essa abordagem não existe equilíbrio estático do mercado. Para o empresário que decide por lançar um produto novo, ele acaba sendo cercado por incertezas quanto aos resultados, o futuro é imprevisível, e, portanto, deixam os donos de empresas cautelosos e na defensiva, tendo em vista que os investimentos aplicados na inovação são irreversíveis. O mercado - e as próprias firmas vão selecionar as inovações, aprovando ou

reprovando. Segundo Possas (1989, *apud* Feitosa, 2011) o processo de seleção ratifica ou não uma inovação realizada por meio de sua implementação no mercado e/ou entre empresas concorrentes. Essa difusão pode ocorrer pela substituição, pela empresa, do produto ou processo antigo pelo novo; ou pela imitação, por parte das outras empresas. Assim, a interação entre as firmas e o mercado ao longo do tempo define o processo de geração e difusão de inovações por meio dos processos de busca e seleção de inovações.

Outra característica da teoria evolucionista é a oposição à dicotomia dos modelos baseados na demanda de mercado (*demandpull*) ou no impulso interno do desenvolvimento tecnológico (*technologypush*), acreditando que a geração de inovação envolve ambos os processos. Assim, a influência da demanda ocorre por meio da seleção da trajetória tecnológica pelo mercado e por meio das expectativas das empresas, em estratégias de pesquisa e desenvolvimento (P&D); já a lógica interna da tecnologia manifesta-se na busca de novas oportunidades tecnológicas, por meio do processo de seleção realizada *ex post* (Possas, 1989, *apud* Feitosa, 2011).

Em complemento a corrente com ideias evolucionistas, a corrente de Sussex, acredita no acúmulo da capacidade tecnológica das empresas, e isso se dá por meio investimento em P&D, acumulação de conhecimento tecnológico dentro das empresas e pelo desenvolvimento de externalidades intra e inter-indústrias (difusão de informações, serviços especializados e mobilidade da mão-de-obra), conforme explica Cimoli e Dosi (1993 *apud* Feitosa, 2011).

Admitindo que o progresso técnico é o elemento transformador das estruturas de mercado, Dosi diz que “a tecnologia, longe de ser um bem livre, envolve um aspecto fundamental de aprendizagem, caracterizada [...] por vários graus de cumulatividade, oportunidades e a probabilidade” (1988 *apud* Melo, 2001, p. 65). Esses elementos são considerados fatores econômicos da inovação e respondem pela criação, sustentação e ampliação das vantagens competitivas das firmas, que reproduzem as assimetrias técnico-econômicas responsáveis pela geração de impulsos dinâmicos na estrutura econômica (Possas, 1989 *apud* Feitosa, 2011).

Feitosa (2011) explica que para Friedman (*apud* Maculan e Carleial, 1999), o processo inovador das firmas está ligado à sua capacidade de aprendizado (Maculan e Carleial, 1999). A inovação é definida como um processo de “busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de novos

produtos, processos e novas técnicas organizacionais” (Dosi, p. 161 *apud* Lemos, 2000).

Observa-se também que a aceleração da mudança tecnológica nas últimas décadas, com redução no tempo para se lançar novos produtos, está gerando uma diminuição nos ciclos de vida dos produtos.

Dada a diversidade existente de inovações, os autores neoschumpeterianos buscam classificá-las em cinco categorias: sistêmicas, de grande porte, de pequeno porte, incremental e insignificante. Porém, normalmente utiliza-se uma classificação mais genérica, admitindo-se a existência de inovações radicais ou inovações incrementais (Iglioni, 2002 *apud* Feitosa, 2011).

- **Sistêmicas** – são inovações com base no seu grau de interdependência, afetando múltiplas áreas e exigindo mudança conjuntas;
- **De grande porte** – são aquelas que geram mudanças substanciais nas estruturas do mercado;
- **De pequeno porte, incremental e insignificantes** - Realiza pequenas mudanças graduais, periódicas e contínuas em produtos, serviços ou processos já existentes, utilizando a tecnologia atual para aumentar o valor ao cliente, mas não são disruptivas.

Já uma inovação radical é definida como um processo de desenvolvimento e introdução de um novo produto, processo ou forma de organização da produção inteiramente nova. Este tipo de inovação pode representar uma ruptura estrutural com o padrão tecnológico anterior, originando novas indústrias, setores, mercados. Já as inovações incrementais referem-se à introdução de qualquer tipo de melhoria em um produto, processo ou organização da produção dentro de uma empresa, sem alteração na estrutura industrial (Freeman, 1988 *apud* Lemos, 2000).

Como dito anteriormente, o processo de inovação gera incertezas e envolve recursos, assim Schumpeter (1997) buscou diferenciar o empresário do capitalista, já que, para ele, o empresário é movido pela ambição, não aceita a estagnação. O empresário é um ser capaz de enfrentar resistências, principalmente sociais, ele é motivado a enxergar oportunidades. É uma pessoa ambiciosa, isso o leva a buscar desafios e, portanto, a promover o desenvolvimento. Já o capitalista é um ser conservador, possui parte do estoque de capital disponível na economia e este capital servirá para financiar o desenvolvimento.

Gerar inovação necessita, principalmente, de investimento, dessa forma a importância do crédito no desenvolvimento é fundamental, já que é com esses créditos que novas realizações ocorrerão. Para Schumpeter (1911), empresários e capitalistas são agentes distintos, os empresários são aqueles que estão à procura do desenvolvimento e o capitalista aquele que irá financiar esse investimento.

As inovações levam tempo para se desenvolver e também consomem muitos recursos, por isso geram muitas incertezas. Assim, a participação governamental é muito importante no desenvolvimento das economias.

No entanto, nos últimos anos vem se discutindo o papel do Estado dentro da economia. A importância de um Estado indutor no desenvolvimento da economia. O que se tem observado nos últimos tempos é uma retirada do Estado dentro da economia.

O Estado muitas vezes é visto como um empecilho para o desenvolvimento da economia. Isso porque sua forma burocrática deixa a economia mais pesada e lenta. Dessa forma, a partir dos anos de 1990 a diminuição do tamanho do Estado começou a ganhar força, no cenário econômico mundial.

Mas até que ponto o Estado é, de fato, um problema para o desenvolvimento econômico?

A teoria econômica convencional justifica a intervenção do Estado quando o retorno social do investimento é maior do que o retorno privado - o que reduz a probabilidade de investimento de uma empresa do setor privado. (Mazzucato, 2014). Nesses casos os que defendem que o Estado não atue na economia, aceitam que ele apenas faça as correções das chamadas falhas do mercado.

Mas será que o Estado deve atuar na economia somente para corrigir falhas?

Os grandes projetos visionários - como colocar “um homem na Lua” ou criar a ideia por trás da internet - exigiram muito mais do que o cálculo de retorno social ou privado (Mowery, 2010 *apud* Mazzucato, 2014)

O Estado se apresenta “totalmente” desenvolvendo inovações? Sim, a maioria das inovações radicais, revolucionárias, que alimentaram a dinâmica do capitalismo - das ferrovias à internet, até a nanotecnologia e farmacêutica modernas - aponta para o Estado na origem dos investimentos “empreendedores” mais corajosos, incipientes e de capital intensivo.

Um Estado empreendedor não apenas “reduz os riscos” do setor privado, como antevê o espaço de risco e opera corajosa e eficientemente dentro desse espaço para fazer as coisas acontecerem (Mazzucato, 2014).

Essa visão dos empresários não como tigres e leões, mas como gatinhos, mostra que o Estado não é importante apenas pelas costumeiras razões contracíclicas keynesianas - aparecendo quando a demanda e os investimentos estão muito baixos -, mas também a qualquer momento no ciclo de negócios para desempenhar o papel de tigres de verdade. Em nenhum outro lugar isso é mais verdadeiro do que no mundo da inovação - no qual o nível de incerteza é tão alto. (Mazzucato, 2014).

A visão que o Estado mais atrapalha que ajuda virou um tipo de consenso entre empresários e governos mais liberais, na Europa, Reino Unido, Estados Unidos, bem como no Brasil.

A verdade é que em países como EUA o Estado costuma atuar fortemente no empreendedorismo para estimular a inovação. Percebe-se que nos EUA há investimentos em empreendimentos onde há risco para o capital privado.

Já no Reino Unido houve um número crescente de serviços públicos terceirizados, isso se deu pela argumentação de que o setor privado é mais eficiente. Mas cabe registrar que o contrato de terceirização da segurança das Olimpíadas de Londres, no final, foi realizado pelo exército britânico (Mazzucato, 2014).

Para os críticos da participação do Estado na economia, ela só se justifica quando o retorno social do investimento é maior do que o retorno privado. Mas como explicar o alto investimento realizado pelo governo dos EUA? Os grandes projetos visionários - como colocar “um homem na Lua” ou criar a ideia por trás da internet - exigiram muito mais do que o cálculo de retorno social ou privado (Mowery, 2010).

Dessa forma, mesmo em países desenvolvidos a participação do Estado contribui bastante para o desenvolvimento da economia e, também, para o processo de criação e inovação.

A participação do Estado no desenvolvimento da economia foi bastante vivenciada na Coreia do Sul, pois proporcionou àquele país a mudança de sua realidade, por meio da transformação de economia de subsistência a uma economia exportadora.

3 COREIA DO SUL E SUA TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA

Antes dos anos 1960 a Coreia era um país de economia agrícola e pobre. O país esteve sob domínio japonês de 1910 a 1945, após a segunda guerra mundial.

A Coreia passou por três situações que pioraram bastante sua situação econômica: a saída japonesa ou abandono, tendo em vista que não houve transferência de conhecimento, logo após o período pós-guerra mundial; a divisão em duas Coreias; e os efeitos da guerra entre as duas Coreias. A retirada dos japoneses deixando a indústria praticamente sem capacidade técnica, perda do seu parque de mineração para a Coreia do Norte provocada pela guerra, além dos estragos como destruição de fábricas trouxe bastante prejuízo ao desenvolvimento da Coreia do Sul. Assim, a agricultura e a pesca passaram a ser o principal responsável pela economia do país (Linsu Kim, 2005).

Um dos resultados também observado era a nível muito baixo educacional da população. A taxa de analfabetismo era de 78% e apenas 2% da população com idade superior a 14 anos tinha o nível médio. Portanto, todas as condições contrárias estavam postas para o país.

A partir de 1962 o país passou a crescer a uma taxa média anual de quase 9%, elevando o PNB per capita de US\$87 em 1962 para US\$8.483 em 1994. Já em 1995 a Coreia passou a ocupar o 11º lugar como potência econômica mundial em termos de PNB. (Linsu Kim, 2005).

Dessa forma, a Coreia passou de uma sociedade agrícola em 1963 para uma potência econômica nos dias atuais. Esse fenômeno ocorreu por uma determinação do governo sul coreano, que buscou junto a determinados grupos econômicos desenvolver as empresas, primeiramente por meio de aprendizado externo e posteriormente criando condições para que o país pudesse gerar suas próprias tecnologias.

Mas a transformação de uma economia de subsistência para uma economia industrial não foi só pela vontade do governo local. Este contou com a ajuda externa à Coreia, principalmente, que nos anos de 1960, o mundo vivia a chamada guerra fria. Nesse contexto a competição entre o bloco capitalista e o socialista contribuiu para a divisão da Coreia ao longo do Paralelo 38. Coreia do Norte estaria associada a interesses comunistas; Coreia do Sul, aos capitalistas. Nesse sentido, a Coreia do Sul é parte do que se compreende por “desenvolvimento a convite”, em que o

interesse geopolítico dos Estados Unidos proporcionou oportunidade de crescimento acelerado ao país do Sul. Segundo Medeiros e Serrano (1999), não é possível explicar a modernização sul-coreana sem levar em conta o acesso privilegiado ao mercado e capital norte-americano que a posição estratégica (no contexto da Guerra Fria) da Coreia do Sul enseja. Entre outros “privilégios”, os autores destacam: a abertura unilateral do mercado norte-americano; manutenção de taxas de câmbio favoráveis aos aliados na “luta contra o comunismo”; tolerância para com o protecionismo; missões de ajuda técnica e forte estímulo à expansão das multinacionais norte-americanas (Medeiros e Serrano, 1999, p. 133, *apud* Cunha e Appel, 2014).

A administração sul-coreana foi capaz de promover aproveitamento das oportunidades ofertadas pelo contexto geopolítico. Um exemplo disso foi o desenvolvimento de conglomerados que recebiam amplo benefício das políticas implementadas: os *Chaebols*, como os *Conzern* alemães e os *Keiretsu* japoneses; os *Chaebols* sul-coreanos eram parte integral da estratégia desenvolvimentista dos Estados do bloco-capitalista. Formados por meio de empreendimentos que se concentravam na elite sul-coreana, esses enclaves capitalizavam os benefícios do contexto geopolítico uma vez que se beneficiavam da criação de um amplo mercado externo – liderado pelos EUA – para as exportações sul-coreanas e vasto acesso ao financiamento internacional. Assim, para citar Medeiros e Serrano (1999, *apud* Cunha e Appel, 2014), uma vez mais, a partir dos anos 1960 a Coreia do Sul (aqui também é possível incluir Taiwan) segue, por meio de agressiva política industrial e comercial, o caminho originalmente percorrido pelo Japão, penetrando no mercado dos EUA com produtos industriais de baixo valor unitário (inicialmente, têxteis).

Diante dos contextos acima expostos, existem três correntes que procuram explicar o sucesso da Coreia: a corrente de cunho neoclássica, a qual defende que o sucesso da economia coreana foi em razão dela seguir os princípios de mercado, seguindo um modelo de desenvolvimento orientado para fora, o chamado *export-led*, sendo que o Estado tem uma presença ínfima apenas no sentido de criar um arcabouço institucional no intuito de promover o bom funcionamento do mercado. Lima (2017) destaca os principais autores defensores das três correntes de pensamento, conforme citados a seguir. Nessa primeira corrente estão Balassa (1982), Westphal e Kim (1982) e o Banco Mundial (1987) (1993); b) há uma segunda linha de pensamento heterodoxa endogenista que coloca o Estado como elemento

central e o principal ator desse processo. Entre os principais autores dessa linha estão Alice Amsden (1989) e Chang (1994); c) a terceira linha de interpretação afirma que o cenário externo se mostrou sempre favorável ao país, criando assim as condições necessárias para que a Coreia alcançasse o chamado “sucesso”. Entre os autores destacados nessa corrente estão Medeiros (1997) e Cho (2001).

Balassa (1982, *apud* Lima 2017) analisa as estratégias de desenvolvimento de economias que ele chama de semi-industriais sob duas óticas: *outward-looking – expor-led* e *inward-looking – import-substitution*. Essa classificação é realizada a partir da análise da política de incentivos e subsídios tanto para o mercado interno como para o comércio exterior. O autor atribui uma política de incentivos e subsídios para o estímulo ao mercado interno como uma política contrária às exportações. Na verdade, o modelo de orientação para fora está associado a uma política de promoção das exportações, enquanto o modelo de orientação para dentro está associado ao modelo de substituição de importações. Para o autor, ambos os modelos se contrapõem já que têm objetivos completamente diferentes (Lima, 2017).

Balassa (1982 *apud* Lima, 2017) afirma que a Coreia do Sul implementou um sistema de incentivos estável em um sistema de livre comércio, que beneficiou tanto as exportações como também as importações, com os exportadores tendo ampla liberdade de escolha entre insumos do mercado interno ou insumos importados, assim como a oferta de benefícios para os produtores de insumos nacionais disponíveis para a produção de produtos que seriam exportados. Para o autor, houve na Coreia um sistema de medidas de incentivos e subsídios para as exportações que incluíam crédito preferencial, redução de impostos diretos, etc. O sistema de incentivos para as exportações estava associado ao modelo de industrialização para fora, com as exportações sendo peça chave para o crescimento econômico. Com isso, a estratégia adotada na concessão de incentivos e subsídios para a promoção das exportações de manufaturas não discriminou as atividades primárias, contribuindo para que predominasse um processo de desenvolvimento econômico com uma expansão equilibrada entre os setores manufatureiros e primários (Lima, 2017).

Para Westphal e Kim (1982 *apud* Lima, 2017), já no início do governo Park em meados dos anos 1960, começou o processo de liberalização da economia coreana que favoreceu a implementação de um novo modelo de desenvolvimento

econômico, com as exportações passando a ser um elemento chave para o crescimento da economia. Uma das principais alterações provocadas pelas políticas de liberalização foi na política cambial, quando se extingue o regime múltiplo de câmbio. Além da reforma cambial, outras reformas alinhadas com o processo de liberalização foram sendo adotadas, tais como o relaxamento do controle das importações com a redução das quotas e licenças para as importações.

Aliada às reformas liberais, passa a predominar um consenso de que para o rápido crescimento da economia coreana seria necessário aderir a uma nova direção na política industrial orientada pelas exportações, implementando medidas de política de estímulo para as exportações de manufaturados. Nesse sentido, a Coreia passou a adotar várias medidas para promover as exportações como taxa de câmbio desvalorizada, política de tratamento preferencial para as exportações, crédito preferencial, além de subsídios e incentivos para as grandes empresas exportadoras com a exigência de metas de desempenho (Lima, 2017).

Pode parecer completamente contraditório os autores defenderem e relacionarem as reformas liberais com a estratégia de industrialização orientada pelas exportações, já que fica claro um amplo leque de políticas de estímulo. Entretanto, Westphal e Kim (1982, *apud* Lima, 2017) afirmam que as políticas de incentivos à industrialização orientada pelas exportações são perfeitamente compatíveis com o receituário liberal na medida em que não alteram os preços relativos do mercado, fazendo com que a Coreia do Sul seguisse a especialização industrializante e uma inserção no comércio exterior segundo as vantagens comparativas. Os autores sustentam seus argumentos mostrando que tais políticas não influenciaram no ganho de competitividade da Coreia do Sul, pois quando se compara o sistema de incentivos da Coreia com outros países, observa-se um nível de proteção e incentivos bem mais baixos do que outras nações ou de acordo com os padrões internacionais, ficando claro que na Coreia predominou uma zona livre de comércio (Lima, 2017).

Já o Banco Mundial afirma que a Coreia adotou as políticas econômicas de forma correta as várias medidas de incentivos da política intervencionista se auto cancelavam produzindo uma estrutura de incentivos neutra.

A segunda corrente defende que o Estado foi o elemento central e o principal ator desse processo, tendo como defensores Alice Amsden e Ha-Joon Chang.

Amsden (1989, *apud* Lima 2017) afirma que a interpretação de cunho liberal sobre a Coreia do Sul não passa de uma nota de rodapé que distorce por completo e apresenta ideias errôneas sobre o real entendimento do processo de desenvolvimento da economia coreana. Para Amsden (1989), assim como outros países de industrialização tardia, o caso da Coreia deixa nítido que não foram os mecanismos de mercado responsáveis pelo avanço da sua economia, mas sim uma forma peculiar de atuação do Estado.

Segundo a autora, a compreensão de uma economia de industrialização tardia exige a percepção de que o Estado intervencionista é um agente fundamental como promotor do desenvolvimento econômico na medida em que, deliberadamente, distorce os preços relativos com o objetivo de estimular o crescimento econômico e estimular grupos empresariais a diversificar em todos os setores da economia com expansão da produtividade para tornar o país competitivo. Nesse sentido, a autora afirma que é necessário entender três dimensões básicas da condução da política econômica nos países de industrialização tardia, quais sejam: 1º) a política para promover a diversificação e as decisões empresariais para a entrada em novas indústrias; 2º) a política macroeconômica para manter a atividade econômica; e 3º) o crescimento em si mesmo, isto é, a relação entre o crescimento econômico e a expansão da produtividade (Lima, 2017). Para a Amsden a entrada de empresas em novos setores da manufatura foi instigada pelo Estado.

A Coreia incentivou o processo de substituição de importações na indústria de cimento, fertilizantes, refino de petróleo e fibras sintéticas –, avançando para os períodos 1970 e 1980, quando as intervenções do governo foram essenciais para o *Big Push* na estrutura industrial coreana, atingindo a indústria automobilística, pesada e química nos anos 1970. Nos anos 1980 a indústria eletroeletrônica e a produção de semicondutores e computadores tiveram uma maior ênfase. O fato é que o avanço do parque industrial coreano, com a entrada em novos setores e ampla diversificação, só foi logrado por meio da forte intervenção do governo por meio de uma combinação de políticas de promoção para a diversificação aliada aos subsídios, incentivos e protecionismo que distorcem os preços do mercado. Houve uma forte cooperação entre Estado e setor privado que fica evidenciada na relação entre o governo coreano e as *Chaebols* (Lima, 2017).

Na segunda dimensão, a autora afirma que a política macroeconômica foi marcada pela busca constante de promover o crescimento, mesmo nos cenários externos desfavoráveis como na crise do primeiro e segundo choques do petróleo, assim como na crise dos anos 1980. Ao contrário dos países da América Latina e dos que defendem os argumentos liberais, nos momentos de cenários externos desfavoráveis o governo coreano adotou uma política macroeconômica expansionista implementando medidas tais como: o estímulo às exportações por meio da desvalorização cambial e incentivos fiscais; expansão do crédito; controle da taxa de juros para estimular os investimentos; manutenção da política de subsídios para a indústria pesada; política de forte endividamento externo e o resgate de empresas em dificuldades. Esse conjunto de medidas criou um ambiente propício para a forte expansão econômica associada ao crescimento significativo das exportações de manufaturas, particularmente da indústria pesada.

A terceira dimensão apresentada pela autora é a dinâmica do crescimento da produtividade nas industrializações tardias. Após fazer críticas aos modelos convencionais do crescimento, afirmando que eles são falhos e inapropriados para analisarem as economias de industrialização tardias por não considerarem os fatores que geram alta produtividade, Amsden (1989) afirma que nas economias de industrialização tardia a taxa de crescimento pode influenciar no nível de crescimento da produtividade, assim como o crescimento da produtividade pode corroborar para o crescimento econômico. Com isso, a autora mostra que os fatores fundamentais para a expansão da produtividade podem ser obtidos por meio de três mecanismos, quais sejam: 1) por meio da importação de tecnologia estrangeira; 2) a operação de tecnologia estrangeira em uma escala crescente vai contribuir para minimizar os custos de produção; 3) e o processo de aprendizagem (*learning-by-doing*) no uso e emprego eficiente de tecnologia estrangeira. Segundo a autora, esses três fatores apresentados como elementos fundamentais para o crescimento da produtividade e do crescimento econômico, apontam para o papel chave que tiveram as políticas de intervenção do governo no sentido de manter o ritmo de crescimento da economia em níveis elevados e a transformação estrutural do país. (Lima, 2017).

A terceira corrente é a que defende que o cenário externo foi fundamental e sua ajuda criava as condições para que a Coreia sempre encontrasse o caminho para poder crescer. Entre esses autores estão Medeiros (1997) e Cho (2001).

Para Medeiros (1997), o processo de desenvolvimento econômico coreano deve ser entendido quando se observa a predominância de um contexto externo completamente favorável aos países do Leste Asiático, entre eles a Coreia do Sul. Os principais fatores que comprovam tal afirmação são: 1) como resultado da estratégia dos EUA do pós-guerra de ampliação de seus interesses econômicos e políticos na Ásia, houve uma constante ampliação do superávit comercial dos países da região asiática com os países da OCDE exportando manufaturados; 2) expansão dos investimentos dos EUA e do Japão na região, com os EUA colocando-se como mercado das exportações dos manufaturados dos países asiáticos e o Japão como um dos principais países responsáveis pela transferência de tecnologia via importação de bens de capital; 3) e expansão do financiamento externo. Essas três variáveis explicam o diferencial de performance dos países da Ásia, particularmente a Coreia do Sul, quando comparada com os países da América Latina, como é o caso do Brasil, principalmente se considerados os anos 1980. (Lima, 2017).

Por exemplo, Medeiros (1997) argumenta que a contração do crédito no mercado internacional nos anos 1980 alterou de forma substancial a inserção externa dos países da periferia. Mas enquanto os países asiáticos foram beneficiados pelas suas relações com o Japão e com os EUA, os países da América Latina sofreram com a escassez de financiamento externo, instabilidade macroeconômica e desinvestimento. Esse cenário gerou um processo de estagnação na trajetória de desenvolvimento dos países da América Latina, enquanto os países da Ásia, especialmente a Coreia do Sul, mantiveram sua sequência de crescimento e transformação estrutural. Para o autor, os EUA e o Japão serviram de locomotiva para a Coreia do Sul na medida em que os recursos financeiros desses países evitaram um colapso nas contas externas coreanas, pois mesmo com a Coreia apresentando uma grande necessidade de realizar transferências financeiras ao exterior, isso foi feito em uma menor proporção e sem restringir sua capacidade de crescimento, já que a relação com os EUA e o Japão fez com que os choques de juros, a deterioração nos termos de troca nos anos 1980 e a queda da demanda mundial não atingissem a Coreia do Sul como atingiram, por exemplo, a economia brasileira.

Cabe frisar que as três correntes dentro de suas visões procuram explicar o crescimento da economia coreana. Mas percebe-se que o papel do Estado foi fundamental para o desenvolvimento da Coreia, assim como a ajuda externa.

Outro aspecto que se deve levar em conta são as características culturais dos cidadãos coreanos.

3.1 Aspectos Culturais dos Cidadãos Coreanos

Dessa forma, dois aspectos impressionam o desenvolvimento da Coreia: primeiro o aprendizado da indústria, quando o governo estabeleceu sua política de substituição de importação; segundo a velocidade que ocorreu a transformação no país, saindo de país de agricultura de subsistência no final dos anos 1950 para uma grande potência econômica no final dos anos 1990. (Linsu Kim, 2005)

Nesse contexto, o fato de ter um governo que incentivava ou incentiva o desenvolvimento é fundamental, mas também tem que ser levado em conta os aspectos culturais dos cidadãos coreanos.

A preservação da cultura e da língua coreana é um fator importante que tem de ser citado, tendo em vista que o país sofreu diversas invasões estrangeiras, sendo que a última ocorreu de 1910 a 1945, pelo Japão (Linsu Kim, 2005).

Devem ser levados em consideração alguns aspectos do povo coreano: alta jornada de trabalho, respeito aos mais velhos, obediência às chefias e ao governo marcam a característica coreana. Isso faz com que suas indignações, raivas e contrariedade sejam assimiladas interiormente. Percebe-se daí a explicação do porquê das empresas coreanas atenderem fielmente as medidas determinadas pelo governo.

Há de se destacar a rivalidade entre Coreia e Japão como mais um fator a ser lembrado. Os mais jovens admiram aquele país, mas têm em sua mente o sentido de buscarem ser melhores que os japoneses, espírito competidor que, certamente, leva ao aumento de produtividade.

Dessa forma, manutenção da cultura e da língua, dedicação ao trabalho, e anos de estudo e respeito ao governo são fatores relevantes e necessários para explicar o sucesso no desenvolvimento da Coreia.

4 A FORÇA DA COREIA DO SUL

A tecnologia hoje impulsiona o mundo, os avanços tecnológicos estão em toda parte, presentes em todas as economias. As inovações estão num processo muito acelerado e, nesse contexto, a Coreia do Sul está muito à frente em relação ao Brasil, visto que a Coreia está inserida muito forte no mercado de semicondutores.

A indústria semicondutora é geralmente definida como um ramo da indústria eletrônica que produz componentes utilizando materiais semicondutores, como o silício, o germânio, o arseneto de gálio etc. Além de utilizarem esses materiais os semicondutores são dispositivos miniaturizados, ou seja, as escalas de tamanho físico desses componentes são micrométricas ou nanométricas. Por isso, o ramo da indústria eletrônica que produz esses microdispositivos recebeu também a denominação mais geral de microeletrônica (Niemayer Neto, 2025).

Sua relevância está centrada em sua capacidade de promover e gerar inovações (tanto para o setor de semicondutores quanto para setores que irão utilizar de seus produtos), ou seja, são difusores de tecnologia. Por ter essa relevância quanto à sua capacidade de inovação, ela é intensiva em conhecimento. Desta forma, este setor industrial demanda mão de obra capacitada, como engenheiros e cientistas, gerando assim empregos qualificados e bem remunerados. Ademais, por terem uma grande aplicabilidade em dispositivos eletrônicos, a indústria de semicondutores defronta-se com um consumo crescente de componentes. De acordo com a OCDE (2019), a indústria de semicondutores obteve uma receita de US\$ 470 bilhões em 2018 (Niemayer Neto, 2025).

Atualmente, a Coreia, juntamente com Japão e EUA é um dos países dominadores de *High-tech*. Com o avanço tecnológico a importância dos semicondutores é fundamental para toda a cadeia produtiva.

A memória DRAM e o microprocessador são dois componentes principais do sistema do computador. Este tipo de chip é encontrado, por exemplo, nos computadores pessoais (PCs) e telefones celulares. Semicondutores DRAM e os microprocessadores dos computadores são interdependentes no mercado, assim como nos laboratórios de engenharia de produto. A demanda por computadores, e seu principal semicondutor, o microprocessador, é direcionada pelo desejo de velocidade cada vez maior e funcionalidade crescente. Por sua vez, na indústria de

semicondutores DRAM sua demanda se dá pela pressão competitiva criada pela indústria de computador que apresenta um ciclo de inovação que varia de seis a doze meses (Niemayer Neto, 2025).

5 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL DURANTE A DITADURA MILITAR (1960-1985)

Os anos 1960 foram marcados por um período de instabilidade política e econômica que acabou, em 1964, conduzindo à intervenção militar no Brasil, que perdurou até 1985. As frustrações políticas levaram à instabilidade institucional e ao controle do Estado pelas Forças Armadas (Furtado, 1974). Nesse período o país vivenciou o chamado milagre econômico, e também uma moratória de suas dívidas. A indústria brasileira se desenvolveu bastante, mas o país se inseriu pouco no mercado global e, ao final, a dívida externa deixada estava altíssima. Em 1964 o valor da dívida externa era de US\$ 3,294 bilhões, nesse período foi autorizado a elevação dos limites para contrair empréstimos em 300%. No final dos governos militares no ano de 1985, o valor da dívida era US\$ 105,171 bilhões, o que representa um crescimento, em 32 vezes, em relação ao início do militarismo no poder (Fortes, 2008).

O Brasil é um país de extensão continental, seu território possui 8,5 km², com uma população de 213,4 milhões de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O setor agrícola é o principal exportador da economia brasileira, dessa forma se exporta bens primários e importa bens industriais do resto do mundo. Apesar de possuir bastantes indústrias, o país ainda tem em suas contas o setor agrícola como um agente importante. Dessa forma, diversos governos têm buscado a ampliação do desenvolvimento da indústria nacional.

Nos governos militares o incentivo à industrialização foi considerável. Entretanto, esse processo não começou na era militar e, sim, em 1930 quando Getúlio Vargas assumiu a presidência do país (Silva, 2021). Durante a Grande Depressão, Vargas deu início ao processo de industrialização por substituição de importações. O objetivo era reduzir as importações de bens de consumo e, por consequência, começar a desenvolver sua indústria de base. Um exemplo foi a estratégia de substituição de importação do café devido a crise de 1929 ocorrida nos EUA. Nesse cenário, o setor de bens de consumo como os têxteis e alimentos foram utilizados no processo de substituição de importações. Para Fortes (2008), fica evidenciado que as políticas de industrialização no Brasil têm sido criadas a partir de uma necessidade ou de uma ameaça.

A trajetória brasileira no processo de industrialização reflete, ainda, a implementação de uma série de políticas em que competir não era o requisito para os governantes brasileiros (Fortes, 2008), bem como denota a falta de preocupação desses governos em se inserir no mercado global.

Na década de 1940 foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Entre outros objetivos, a ideia era aproveitar a produção de aço visando suprir outras indústrias brasileiras.

Nos anos de 1950 surge o capital estrangeiro no sentido de financiar o desenvolvimento da indústria do país, mas ao contrário do que ocorreu na Coreia do Sul, aqui a indústria automobilística foi apenas uma reprodutora similar que era produzida no país de origem da fábrica.

Em 1961, o nacionalismo de Getúlio é substituído pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, no qual o foco passa a ser o desenvolvimento de uma indústria de consumo de bens duráveis e a construção de toda uma infraestrutura para atrair o capital externo e estimular o capital nacional, cujo objetivo era a diversificação da economia brasileira. (Silva, 2021).

O governo militar assumiu em 1964, após um golpe de Estado. A economia brasileira passava por um período de desorganização, desequilíbrio fiscal, inflação alta e forte desemprego.

Assim, em meados da década de 1970, já com os militares no poder, o PIB brasileiro chega a crescer 12% enquanto a indústria crescia 18% ao ano. Mas esse período conhecido como milagre econômico foi temporário, a crise do petróleo e dos juros levaram a economia brasileira a uma recessão, que desestabilizou e em parte comprometeu o desenvolvimento do Brasil por pelo menos duas décadas. (Silva, 2021). O país passa a conviver com inflação alta, chegando a ter índice de 2 dígitos por diversos períodos.

Os militares alcançaram resultados positivos no primeiro momento do regime. Controle inflacionário, aumento da produtividade, modernização da máquina pública e também do parque industrial brasileiro. O investimento público em relação ao PIB passou de quase 15% em 1964 para 23,3% em 1975.

Esse crescimento proporcionou a geração de empregos, principalmente na indústria (Kim, 2010). Em 1965 a indústria empregava 2 milhões de trabalhadores. Vinte anos depois 3,5 milhões de pessoas (Barrucho, 2024). Houve queda da inflação de algo em torno de 92%, em 1964 para 15% em 1973. Os militares

incentivaram a entrada de capital estrangeiro, ampliaram as exportações e implementaram medidas para proteger o investimento financeiro como a correção monetária. Também foi realizada grandes obras como a construção da Ponte Rio-Niterói, Usina de Itaipu, Angra e os polos petroquímicos. (Barrucho, 2024).

Os recursos para proporcionar essas grandes realizações, em parte veio das multinacionais e outra parte do crédito externo que, naquele período, estava muito farto.

Os governos da época incentivaram o processo de substituição das importações, para isso foi criada a Zona Franca de Manaus, com isenção tributária para as empresas que lá se instalassem.

Durante os governos militares foram criadas 274 empresas estatais, Infraero, Telebrás e outras.

Houve também um *boom* populacional das pessoas saindo do campo para a cidade, atraídas pela oferta de empregos. Em 1960, mais da metade da nossa população vivia no campo. No final da ditadura militar, sete em cada dez brasileiros moravam nas cidades urbanas (Barrucho, 2024).

Mas em 1973 veio o primeiro choque do petróleo, que encareceu o preço do barril do petróleo no mundo inteiro. Como o Brasil dependia desse petróleo, o valor desse aumento foi repassado aos preços internos. A dívida do país crescia a níveis altíssimos (100 bilhões, em 1984) sendo sua maior parte em dólares por ser uma dívida externa, resultado do endividamento ocorrido durante o período ditatorial, cujos recursos foram usados para custear o chamado “milagre econômico” (Alvarenga, 2022).

A alta do preço do petróleo fez com o governo repassasse para os preços dos combustíveis, o que por sua vez atingia toda a economia brasileira. Assim, o país passou a conviver, também, com a inflação alta.

Em 1979, no governo do presidente general João Baptista Figueiredo, ocorreu mais um choque internacional do petróleo que aprofundou o problema, que vinha sendo segurado pelo governo; em 1981 o PIB começou a cair e a inflação cresceu (Alvarenga, 2022). Um cenário do ponto de vista econômico, como terrível, isto é inflação alta com baixo crescimento.

O endividamento externo que era usado para financiar o crescimento do Brasil, não só aqui, mas como toda a América Latina diminui bastante. Logo as taxas de juros elevaram-se e o país viu o seu PIB retrair de 7% para 2%.

O mundo sofreu com o choque do petróleo, mas o que se viu foi a diminuição da ajuda externa ocorrida no Brasil e nos países da América Latina, diferentemente da Coreia do Sul que continuou recebendo ajuda internacional, principalmente dos EUA.

O país também sofreu com a piora da desigualdade social e o crescimento da inflação que chegou a casa de 200% ao ano.

Mas o processo de piora da economia começou a surgir em 1982 quando o governo anunciou que estava pagando somente os juros da dívida. O principal seria amortizado em 8 anos, dividido em 12 prestações, com dois anos de carência. (Bresser, 1983). Com diversos problemas era natural que os militares comesçassem a sentir falta de apoio e logo admitiram a abertura política que acabou ocorrendo em 1985.

No início dos governos militares, a inflação que havia sido controlada proporcionando alívio para as famílias em relação a toda a economia, acabou explodindo no final do governo militar.

O processo de redemocratização aconteceu com a eleição indireta de Tancredo Neves e do vice José Sarney. Tancredo não assumiu a presidência devido ao seu falecimento e Sarney presidiu o país até 1990.

Em 1985, no início do governo Sarney, o primeiro civil a governar o país após o período militar, a inflação anual que terminava em 231% no final do seu governo essa chegava a 2.000%.

O endividamento subiu de 15,7% do PIB em 1964 para 54% do PIB em 1984. A dívida externa cresceu 30 vezes. Passou de US\$3,4 bilhões em 1964 para mais de US\$100 bilhões em 1985. E ainda que a renda média tenha avançado, o salto brasileiro foi muito inferior ao da Coreia do Sul (Barrucho, 2024).

O governo de José Sarney foi marcado pela introdução de diversos planos econômicos que visavam principalmente conter a inflação.

Em 1986 foi criado o Plano Cruzado, com a introdução de uma nova moeda chamada de Cruzado. O plano congelou salários e preços e o governo com isso, achava que conteria a inflação.

O plano não solucionou o problema, e foi substituído pelos planos Cruzado 2, Plano Bresser (1987) e Plano Verão. Nenhum deles teve êxito. O congelamento de preços, também foi ineficaz, e levou a outros problemas, como o desabastecimento de prateleiras de supermercados (Alvarenga, 2022).

Em 1987 o país passa pelo pior dos seus cenários, a inflação não foi contida, as contas públicas pioram, as reservas internacionais diminuem drasticamente e o país adota uma posição drástica: No dia 20 de fevereiro de 1987 o presidente José Sarney decretou a suspensão do pagamento da dívida externa, chamada de moratória. A verdade é que o país já não vinha pagando o principal da dívida desde 1982, pagando apenas os juros.

Defendida pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a moratória surgia quando não havia muita escolha: desde o fracasso do Plano Cruzado, os superávits comerciais diminuíram. Em janeiro de 1987, o saldo da balança foi de apenas US\$ 129 milhões, o pior desde 1983. Desse modo, não havia como fazer frente ao pagamento dos juros - que tinham consumido US\$55,8 bilhões em cinco anos. As reservas financeiras estavam muito baixas, algo em torno de US\$3,9 bilhões.

O país estava em recessão, salários nominais baixos e o desemprego em alta, além da inflação. Essa moratória foi criticada até pelo Secretário do Tesouro americano, James Baker, que condenou a decisão brasileira. A moratória durou até novembro de 1987, quando o país chegou a um acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI e no final daquele exercício pagou 1,1 bilhão de dólares e em contrapartida recebeu dos bancos credores um empréstimo de US\$3 bilhões. No saldo final, um empréstimo líquido de US\$2 bilhões. De todos os problemas enfrentados pelos governos brasileiro, os anos 1980 é considerada década perdida.

Em 1989 foi introduzida um novo plano econômico, chamado de Plano Verão, com uma nova mudança de moeda. Tanto o Plano Bresser (1987) quanto o Plano Verão (1989) não alcançaram o resultado esperado, que era conter a inflação.

Os planos econômicos visavam sempre o controle inflacionário, por meio de diminuir a demanda interna. Achava-se que o problema da inflação estava na procura desenfreada por produtos e serviços e, assim, utilizavam sempre a política de controle de preços e congelamento de salários.

5.1 Plano Collor

Em 1990, o presidente Fernando Collor de Mello assume o país, sendo o primeiro presidente eleito democraticamente, após 20 anos de ditadura militar. Seu primeiro ato foi lança o chamado Plano Collor, que ficou fortemente marcado pelo confisco das poupanças e depósitos bancários dos brasileiros, visando reduzir a

quantidade de moeda em circulação e controlar a inflação. O governo acreditava que a inflação brasileira era um problema de demanda, assim retirando parte da moeda em circulação a inflação diminuiria.

O governo também promoveu a abertura econômica, com a redução de tarifas de importação e a privatização de empresas estatais. As medidas causaram grande impacto na população e na economia, mas não conseguiram estabilizar a inflação de forma duradoura.

Em 1992 o presidente Fernando Collor de Mello sofreu um processo de impeachment por acusação de denúncias de corrupção. Em seu lugar assume o vice-presidente da república Itamar Franco. Este nomeou para ministro da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Em 1994, o Brasil lança o Plano Real, a moeda novamente muda de nome, passando a se chamar Real, o governo, promove a abertura comercial e controle cambial, adota um rigoroso ajuste fiscal e o país finalmente consegue controlar a inflação.

Em 2003 o Brasil passa por uma grande mudança, com a eleição de um presidente de oriundo das camadas populares, Luiz Inácio Lula da Silva. Lula foi eleito e reeleito e ficou no poder até 2010 e ainda conseguiu eleger sua sucessora Dilma Rousseff.

O governo Lula continuou a política de FHC e manteve o controle da Inflação. Lula contou com a ajuda do cenário externo favorável e aumentou as exportações de commodities, principalmente para China e Índia.

O governo foi bem sucedido em políticas sociais. O governo lança o programa Fome Zero, visando fazer com que todos os brasileiros tenham ao menos três refeições ao dia.

Assim, o governo pôs em marcha vários programas sociais, cuja grande estrela seria o Bolsa-Família (2004) onde a renda era transferida diretamente para as famílias.

Os beneficiados deveriam cumprir certos requisitos, como ter renda mensal de 85 a 175 reais, ter gestantes ou filhos de 0 a 17 anos entre os membros familiares. O valor recebido pelas famílias variava entre 35 a 176 reais mensais. Em contrapartida, a família se comprometeria em manter os filhos na escola e ir ao médico regularmente.

Este programa foi um dos maiores êxitos do governo, pois a pobreza extrema foi reduzida em 75%, no Brasil, entre 2001 e 2014, segundo dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura).

Apesar de críticas da oposição, o fato é que muitas famílias puderam ter acesso a alimentos, material escolar e roupas pela primeira vez. Em muitos anos, percebeu-se que o país teve, então, uma melhora na distribuição de renda e o programa tem sido carro-chefe na política pública de inclusão de pessoas. Um governo popular faz com que muitos outros problemas sejam superados, com isso, as pessoas das camadas mais baixas admiram muito o programa e o governo mesmo com as denúncias de corrupção que foram muito exploradas pela oposição.

6 PROCESSO INDUSTRIAL NO BRASIL

Nos anos de 1960, já nos governos militares e com o apoio de capital estrangeiro o país começa a diversificar seu parque industrial com investimentos em produção de energia, indústria petroquímica e abertura de rodovias para que a iniciativa privada expandisse seus produtos.

Na década de 1970 o investimento concentra-se na área militar e na década de 1980 houve uma tentativa de se implantar um sistema de robótica, também sem sucesso devido ao medo que essa produção diminuísse os empregos no país.

A preocupação com a questão tecnológica nunca foi uma premissa do governo brasileiro. No entanto, somente por meio de investimentos em tecnologia, o país alcançará a competitividade internacional (Fortes, 2008).

A tentativa dos governantes brasileiros de se pensar em desenvolvimento independente de tecnologia reflete uma posição errônea desde os primeiros anos do início do processo de industrialização. Todo o cenário nacional em que a indústria surgiu foi baseado em capital humano desprovido de qualificação, ou seja, investiu-se em equipamentos, materiais, entre outros, mas não se investiu na qualificação da mão-de-obra, na melhora da produtividade.

Para Pereira (1972, p 228 *apud* Fortes, 2008) trata-se de uma nova dependência, que, ao invés de ser colonizante e anti-industrializante, é desenvolvimentista. O desenvolvimento, porém, é feito por meio da integração do Brasil no sistema capitalista internacional, do qual ele se transforma em um apêndice sem autonomia tecnológica em relação ao exterior acentua-se, na medida em que as empresas estrangeiras, muito naturalmente, não se preocupam em desenvolver uma tecnologia nacional.

Como se verificou, não houve um investimento no Brasil em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O grande fator contribuinte para esta realidade é a falta de investimentos em atividades de P&D, isto é, no Brasil há ainda uma grande lacuna entre centro de pesquisas e empresas, um não fazendo parte da realidade do outro, o que faz com que os poucos investimentos em P&D não sejam direcionados para o melhoramento da qualidade e não priorizem a cadeia de produção.

Os modelos de industrialização ocorridos na Coreia do Sul e no Brasil foram o de substituição de importações, uma estratégia que ambos adotaram em

determinado período de sua história. Tal modelo procurou repetir nos países em desenvolvimento a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.

Pode-se dizer que tal fenômeno esteve presente no Brasil a partir de meados dos anos de 1930 e do período de guerra. Já na Coreia do Sul, este processo de substituição de importações, principalmente de bens de consumo, em ambos os países, os setores de alimentos e têxteis foram os principais, se deu na década de 1960 (Fortes, 2008).

Muitos autores afirmam que para que a industrialização por substituição de importações se torne possível, é necessário que o país tenha passado pela primeira fase de industrialização induzida pela expansão das exportações primárias, e também, é necessário que essa primeira industrialização tenha alcançado certa importância relativa a fim de que o processo de substituição ponha em andamento a segunda fase da industrialização. Nesse sentido, pode-se dizer que o Brasil não tinha passado por esta primeira fase de industrialização pela expansão de exportação de produtos primários, já que adotou o processo de substituição de importações frente à crise mundial e a baixa de seu principal produto de exportações, o café (Fortes, 2008).

Um fator importante foi a obtenção de recursos estrangeiros e o como o governo utilizou os recursos. Enquanto na Coreia os recursos foram investidos diretamente no setor privado que deveriam utilizar os recursos para incentivar as importações e promover o crescimento econômico. No Brasil, houve uma abertura para as multinacionais.

Dessa forma, pode-se notar que na Coreia do Sul os investimentos estrangeiros se deram de forma indireta fortalecendo os conglomerados econômicos nacionais, funcionando como uma alavanca para o desenvolvimento econômico do país. E no Brasil, tais investimentos se deram de forma direta e com a instalação imediata de multinacionais no país. Essa questão da captação de recursos estrangeiros nos remete à problemática do incentivo às atividades de P&D (Fortes, 2008).

No Brasil, foram as empresas multinacionais que assumiram o papel de superar as deficiências tecnológicas e investir na área de atividades de P&D. Grande parte dos investimentos brasileiros em pesquisa e desenvolvimento (P&D) é financiada por multinacionais, e estes ainda representam esforços mínimos diante da caminhada do país rumo ao crescimento econômico e social (Fortes, 2008).

A fase substitutiva de importação no final da década de 80, o Estado era incapaz de continuar financiando o padrão de industrialização em função da escassez de recursos públicos e a impossibilidade de alavancar novos recursos externos. No mesmo período, as estratégias de crescimento das indústrias passavam pela incorporação das inovações da Terceira Revolução Industrial. Os efeitos destas inovações no Brasil foram muito visíveis; era necessário o acesso às novas tecnologias, pois a indústria nacional, apesar de diversificada, havia se tornado obsoleta e ineficiente. Este problema somente poderia ser resolvido com o aumento da capacitação tecnológica (Braga, 1990, *apud* Dallemole, 2005).

Essa capacitação tecnológica, necessária para o país superar a estagnação, não está relacionada exclusivamente ao maquinário. Deve-se priorizar o uso e difusão da tecnologia e os investimentos em capital humano. Para que a indústria nacional voltasse a ser competitiva internacionalmente, tornava-se necessário melhorar o sistema educacional, para que os experimentos tecnológicos fossem bem-sucedidos. Isso significa ampliar gastos em P&D, em relação ao estoque de conhecimentos e pessoal qualificado (Guimarães, 2001, *apud* Dallemole, 2005).

Observa-se que na Coreia e também em países centrais o investimento em P&D é realizado pela indústria e governo. No Brasil o maior índice está nas universidades e não no setor industrial. (Dallemole, 2005, p 48).

Na década de 90, os gastos nacionais em P&D foram em média cerca de 0,7% do PIB. Já nos países industrializados este percentual ficou entre 2% e 3%. Além da escassez de recursos investidos, quem vem arcando com a maior parte dos gastos é o setor público, com cerca de 80% dos dispêndios. As indústrias são responsáveis por menos de 20%, enquanto que nos países centrais elas respondem por cerca de 40% a 80% dos recursos investidos em P&D. O fraco relacionamento entre universidade e empresas não deixa de ser um problema, pois muitas empresas que mantiveram um bom relacionamento com a universidade hoje mantêm uma posição de destaque internacional (CNI/MCT, 1997, p. 5).

Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) em 2001 verificou-se que 52% das empresas investem menos de 2% do seu faturamento líquido em tecnologia. Outros 22% investem entre 2% e 5%, e 14% investem 5% ou mais. A prioridade dos investimentos é para a aquisição de máquinas e equipamentos. A pesquisa também revelou que entre 61% e 69% das indústrias obtêm tecnologia mediante desenvolvimento interno; o restante adquire de

terceiros (CNI/MCT, 1997, p. 11). Portanto, no Brasil não é só o Estado que não investe em P&D, a iniciativa privada também atua pouco na questão de P&D.

Coreia do Sul e Brasil tiveram no Estado um papel importantíssimo no desenvolvimento de suas indústrias. Recursos externos e investimento em P&D também tiveram participação estatal.

6.1 Aspectos Culturais dos Cidadãos Brasileiros

A formação histórica brasileira tem suas raízes no processo de mundialização da civilização europeia. O deslocamento da fronteira agrícola do Velho Continente para as terras americanas, o transplante intercontinental de grandes massas de mão-de-obra africana, a implantação de linhas regulares de comércio interoceânicas são episódios de um processo histórico sem precedentes, que tem seu epicentro na Europa Ocidental e servem de moldura à formação do Brasil como nação e como sistema de cultura (Furtado, 1984).

O território brasileiro era habitado, até 1500, pelos povos nativos, chamados pelos europeus de índios. Porém, não havia apenas uma tribo ou uma vertente cultural indígena nas terras que os povos Tupi chamavam de Pindorama. Eram quatro agrupamentos linguísticos diferentes (Tupi-Guarani, Jê, Caribe e Aruaque). Esses grupos étnicos eram divididos em milhares de tribos, essas divididas em aldeias. Cada tribo possuía seus próprios costumes.

Com a captura e escravização dos povos africanos, foi possível observar uma vastidão cultural semelhante à dos povos indígenas, pois não havia uma só tribo de onde os portugueses capturavam os africanos ou uma só cultura africana. Os povos africanos eram vastos, divididos em várias tribos e de várias origens étnicas diferentes, o que conferiu à formação cultural afro-brasileira uma vastidão e amplitude tão diversa quanto à indígena.

Segundo o filósofo Francisco Porfírio, em seu artigo “Cultura brasileira: da diversidade à desigualdade”, a vinda de povos brancos para o Brasil, de origem europeia, tanto portugueses (que por si só já tinham uma origem poliétnica) como os italianos e alemães, contribuiu para a miscigenação de nosso povo. No Brasil, surgiu uma cultura ímpar, fruto da forte miscigenação, que resultou em produtos culturais populares sem igual no mundo.

6.2 O Processo de Industrialização nos Países Periféricos

Os países das chamadas economias subdesenvolvidas, nos seus processos de industrialização, tendem a repetir um modelo que acaba gerando mais concentração de renda, principalmente quando essa industrialização ocorre por meio do controle das grandes empresas. Esse modelo de desenvolvimento diferencia do processo de industrialização dos países centrais.

O dinamismo econômico no centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos. Esse ponto é fundamental para o conhecimento da estrutura global do sistema capitalista. Segundo Furtado, (1974), enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou no correr do último século, com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração.

Percebe-se que no Brasil o processo de industrialização repete os modelos adotados pela maioria dos países subdesenvolvidos, diferentemente da Coreia, onde procurou-se investir em seus conglomerados e buscar que estes gerassem as inovações.

Outro fator que se observa é como os países periféricos se inserem nos processos de industrialização. Nos países em que as vantagens comparativas assumem a forma de especialização na exportação de produtos primários (particularmente os produtos agrícolas), o excedente adicional assume a forma de um incremento das importações. Como a especialização não requer nem implica modificações nos métodos produtivos, e a acumulação se realiza com recursos locais (abertura de terras, estradas e construções rurais, crescimento de rebanho, etc), o incremento da capacidade para importar permanece disponível para ser utilizado na aquisição de bens de consumo. Dessa forma, é pelo lado da demanda de bens finais de consumo que esses países se inserem mais profundamente na civilização industrial (Furtado, 1974).

Identifica-se que enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou no correr do último século, com inegável estabilidade na repartição da

renda, tanto funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração de renda, como é visto no Brasil.

7 BRASIL X COREIA DO SUL: RESULTADOS DO PROCESSO INDUSTRIAL DE CADA UM ALCANÇADOS NOS MOMENTOS ATUAIS

Tanto Brasil como Coreia do Sul tiveram seu período de industrialização tardia, mas os resultados alcançados mostram a Coreia como um país industrializado e de primeiro mundo. Porém, o Brasil que teve seu processo de industrialização também iniciado tardiamente, já depois dos anos de 1930, até hoje é considerado um país periférico.

Os dois países a partir dos anos de 1960 foram governados por militares não sendo esses escolhidos de forma democrática.

Entre os anos de 1960 e os anos 1990 o mundo viveu a chamada “guerra fria”; os países ao redor do mundo estavam alinhados aos EUA ou alinhados à antiga União Soviética.

Tanto o caso brasileiro quanto o coreano, o alinhamento era com os americanos, portanto, a ajuda externa era oriunda dos Estados Unidos e de países europeus com recursos abundantes e que buscavam impedir que houvesse alinhamento aos países do bloco do leste europeu.

Portanto, as semelhanças históricas entre Brasil e Coreia do Sul compreendiam:

- O início tardio do processo de industrialização;
- Eram países em que a economia era baseada, predominantemente, em atividade agrícola;
- Sofreram golpes militares na década de 1960;
- Receberam bastantes recursos externos.

É importante frisar que a Coreia devido a sua localização geográfica foi convidada ao desenvolvimento. O país fez bem o dever de casa e soube aproveitar as oportunidades que lhe foram dadas.

7.1 Dados dos PIB's nos dois países

O produto interno bruto (PIB) é igual aos gastos totais com todos os bens e serviços finais produzidos dentro do país em um período especificado de tempo. No entanto, é importante considerar o PIB *per capita*, tendo em vista o tamanho dos países quando se faz uma comparação.

Em 1973, no período do “milagre” econômico o PIB do país cresceu 14%. Mas, o que significa isso em termos de benefício para a população? Tem que se ter a ideia de que o PIB deve ser dividido por toda a população. Assim, pode-se ter um parâmetro de como a riqueza está sendo distribuída. É o que se chama de PIB *per capita*. Em 1964 o PIB *per capita* era US\$ 261 e ao final do governo militar havia crescido para US\$ 1.643.

O mais importante é comparar a relação PIB *per capita*, já que o crescimento econômico é usufruído pela população quando essa colhe os frutos do seu crescimento. Assim vamos aos dados de Brasil e Coreia do Sul.

Quadro 1 – PIB, PIB *per capita* e exportações da Coreia do Sul entre 1960 e 2020

ANO	PIB	PIB PER CAPITA	EXPORTAÇÕES
1960	US\$ 3,9 bilhões	US\$ 158	US\$ 0,1 bilhão
1970	US\$ 9,0 bilhões	US\$ 279	US\$ 1,0 bilhão
1980	US\$ 65,4 bilhões	US\$ 1.175	US\$ 18,6 bilhões
1990	US\$ 283,4 bilhões	US\$ 6.610	US\$ 70,8 bilhões
2000	US\$ 576,2 bilhões	US\$ 12.256	US\$ 195,5 bilhões
2010	US\$ 1,1 trilhão	US\$ 23.143	US\$ 538,9 bilhões
2020	US\$ 1,6 trilhão	US\$ 31.489	US\$ 654,0 bilhões

Fonte: Banco Mundial

De acordo com o Banco Mundial (2023), o PIB nominal de US\$1,67 trilhão no ano de 2022 da Coreia do Sul fazia desse país a décima maior economia do mundo. Já o Brasil tinha um pouco mais, US\$1,92 trilhões, mas por ter uma população muito maior, perfaz um PIB *per capita* muito inferior. Em 22 anos, houve um aumento de US\$12,25 mil para US\$32,25 mil na Coreia do Sul, segundo o Banco Mundial. Já o Brasil, saiu de US\$3,72 mil no ano 2.000 para um pico de US\$13,200 mil em 2011, seguido de decréscimo para US\$8,917 mil no ano 2022; o comportamento do PIB *per capita* no mesmo período de 22 anos demonstra retração da economia.

Quadro 2 - Brasil

ANO	PIB PER CAPITA EM MOEDA LOCAL (R\$ EM 1999)
1960	2.271
1970	3.109
1980	5.446
1990	5.246
2000	5.912
2010	11.403,3
2020	7.074,2

Fonte: IBGE dados históricos

Quadro 3 – Brasil em dolares

ANO	PIB <i>PER CAPITA</i> EM US\$ REFERÊNCIA 2015
1960	2.603,5
1970	3.596,0
1980	6.472,9
1990	6.149,9
2000	6.817,8
2010	8.792,6
2020	8.435,0

Fonte: Banco Mundial

A diferença no PIB *per capita* para os dois países, dá uma dimensão da distribuição da riqueza e talvez possa explicar o problema que perdura até hoje no Brasil, o problema da distribuição de renda.

Todos os países procuram buscar crescimento econômico. Porém, esse crescimento só faz sentido se houver uma distribuição de renda.

7.2 Análise do desenvolvimento econômico da Coreia do Sul e do Brasil

Esse estudo procurou mostrar as diferenças entre a Coreia do Sul e o Brasil, levando em consideração as semelhanças apresentadas pelos dois países. Ambos eram países em que suas economias tinham a agricultura como predominância. Passaram por governos “autoritários”, mas o resultado final é que a Coreia hoje está no chamado grupo dos países desenvolvidos e o Brasil ainda figura como país emergente.

Um dos dados apresentados pela Coreia do Sul é que o país apresenta excelentes indicadores sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sul-coreano é considerado muito alto. Segundo dados de 2010, a Coreia do Sul apresenta IDH de 0,897, enquanto o IDH do Brasil é mais baixo: 0,718.

O histórico da Coreia pode ser considerado tão difícil quanto o brasileiro. Aquele país foi dominado pelos japoneses de 1910 a 1945, e após a segunda guerra mundial foi abandonado pelo Japão. Passou também por uma guerra que dividiu o país em dois.

Dessa forma, destaca-se a não perda das suas identidades culturais. A cultura coreana data de mais de 5000 anos, tendo como base os princípios do confucionismo, doutrina milenar de origem chinesa, conhecida por difundir valores

primordiais, como a dedicação ao trabalho e a exaltação ao estudo e a obediência a seus antigos e ao governo. O primeiro faz com que sua população trabalhe incansavelmente; E o segundo, o aspecto da obediência, proporcionou ao governo que suas determinações fossem seguidas e o resultado alcançado é visível, um país desenvolvido economicamente e com uma distribuição de renda melhor e mais equilibrada que a do Brasil.

Nesse contexto da participação do governo, este buscou desenvolver a Coreia, primeiramente, realizando o processo de substituição das importações, levando o país ao aprendizado, imitando inicialmente o que os países desenvolvidos faziam e a partir desse processo de aprendizagem, de educação contínua, começaram, então, a criar seus próprios produtos.

O aprendizado foi fundamental para seu desenvolvimento, o que elevou os níveis educacionais para números significantes. A taxa de analfabetismo era de 78% e apenas 2% da população com idade superior a 14 anos tinha o nível médio. (Linsu Kim, 2005). Hoje, o nível de analfabetismo é de apenas 2% e 82% dos estudantes concluem o nível superior.

O desenvolvimento da indústria local aliada ao avanço educacional foi muito bem sucedido, mas um outro fator foi considerado fundamental e decisivo para o sucesso coreano. A ajuda financeira externa, principalmente vinda dos Estados Unidos. Os recursos aplicados foram bem aproveitados, gerando o desenvolvimento de uma indústria que hoje está inserida no mercado global.

Ressalte-se que devido à sua localização na Ásia, posição geográfica de extrema importância, a Coreia do Sul tornou-se estratégica para as economias centrais, principalmente Estados Unidos da América e Japão.

Nesse contexto, o país não sofreu, de forma intensa, com as crises internacionais que assolaram o mundo nos anos de 1970 e 1980, não deixando de receber esses recursos. O fato é que os recursos externos foram bem aplicados e a estratégia da imitação até a criação de seu próprio produto foi bem sucedida.

Hoje a Coreia está inserida no mercado de semicondutores, mercado esse que é fundamental para o funcionamento de microcomputadores e aparelhos celulares, entre outros produtos. Isto é, o país está totalmente inserido no mercado tecnológico mundial, uma grande revolução para quem até 1960 tinha uma economia de subsistência. A Coreia soube aproveitar muito bem este mercado e por isso está entre as principais economias do mundo.

Já o Brasil, continua sendo considerado uma economia em desenvolvimento. O país também recebeu recursos externos, mas ao invés de se buscar o mesmo caminho traçado pelo país asiático, optou recorrer às indústrias internacionais para que estas gerassem o desenvolvimento.

No Brasil foram criadas algumas indústrias nacionais, como a Companhia Vale do Rio Doce, Siderúrgica Nacional, Embraer e a Petrobrás, mas não foi o suficiente para levar o país ao pleno desenvolvimento.

O Brasil ainda possui no agronegócio uma das suas principais riquezas, apesar de ter a Embraer e a Petrobrás que, talvez, sejam as indústrias que mais criam riquezas para o país.

Se considerar que a indústria de aviões é um grande agregador de tecnologia, para a indústria brasileira talvez o maior, é ainda muito pouco quando comparado à Coreia que exporta, atualmente, veículos, televisores, celulares e outros dispositivos tecnológicos, em larga escala.

A conclusão a que pode-se chegar é que o PIB do país está sempre crescendo, mas esse crescimento não tem sido aproveitado efetivamente, tendo em vista que o Brasil continua sendo um país que não tem apresentado, internamente, uma distribuição de renda mais equilibrada e menos desigual. São poucas as inovações tecnológicas geradas e a população não usufrui do crescimento do PIB brasileiro que hoje está na casa dos trilhões de reais.

8 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste estudo partiu da questão central sobre qual o papel do Estado para proporcionar inovações que proporcionam crescimento econômico e na geração de emprego e renda, buscando compreender por que países com condições históricas semelhantes, como o Brasil e a Coreia do Sul, apresentaram trajetórias tão distintas de desenvolvimento. À luz da abordagem teórica de Joseph Schumpeter, verificou-se que a inovação tecnológica constitui elemento central para o dinamismo econômico, sendo fortemente condicionada pela atuação do Estado e pela capacidade de coordenação entre políticas públicas e setor produtivo.

Os resultados indicam que a hipótese proposta é amplamente confirmada. O desempenho superior da Coreia do Sul está diretamente relacionado à presença de um Estado estrategicamente orientado, capaz de promover políticas industriais consistentes, estimular o aprendizado tecnológico e direcionar recursos — inclusive externos — para setores intensivos em conhecimento, como o de semicondutores. Esse processo foi acompanhado por elevados investimentos em educação e pela construção de um sistema nacional de inovação articulado, o que permitiu ao país transitar de uma economia agrária para uma economia altamente industrializada e tecnologicamente avançada.

Observa-se, entretanto, a importância da ajuda externa para que resultados tão satisfatórios fossem alcançados. Os recursos externos recebidos, que naquele período foram abundantes, aliados ao contexto político da época e a localização geográfica do país são considerados aspectos fundamentais para o seu desenvolvimento.

Importante destacar que o país fez o chamado “dever de casa”, adotando políticas de mercado. Apesar de existirem três correntes de pensamento, nos quais destacam a adoção de política de mercado, a participação fundamental do Estado no desenvolvimento e, por fim, a ajuda externa, todas elas estão condicionadas ao papel do governo e aceitação do povo coreano.

Por outro lado, o Brasil apresentou uma trajetória marcada por descontinuidades nas políticas públicas, menor articulação entre o Estado e o setor produtivo e uma inserção internacional menos voltada à inovação. Embora o país tenha desenvolvido importantes setores industriais e empresas estratégicas, tais

iniciativas não foram suficientes para consolidar um padrão sustentado de desenvolvimento tecnológico. Como resultado, a economia brasileira permanece com forte dependência de setores tradicionais, como o agronegócio, e apresenta limitações na geração de inovação e na difusão dos ganhos de crescimento para a sociedade.

Tem que se destacar que o mundo vivenciou duas grandes crises de petróleo, 1973 e 1979, e o Brasil foi bastante afetado. O país sofreu, nesses períodos, com a diminuição dos recursos internacionais o que não aconteceu da mesma forma ao país asiático.

Adicionalmente, a comparação evidencia que o crescimento econômico, por si só, não garante melhoria na distribuição de renda nem avanço nos indicadores sociais. Enquanto a Coreia do Sul conseguiu combinar crescimento com desenvolvimento humano e maior equidade, o Brasil ainda enfrenta desafios estruturais relacionados à desigualdade e à baixa incorporação tecnológica em sua base produtiva.

Dessa forma, conclui-se que as diferenças entre os dois países não decorrem apenas de fatores históricos ou geográficos, mas principalmente da qualidade e da consistência das estratégias adotadas ao longo do tempo. A experiência sul-coreana demonstra que políticas públicas estáveis, integradas e orientadas à inovação são fundamentais para promover o desenvolvimento econômico em economias inseridas na globalização.

Por fim, o estudo sugere que o avanço do Brasil no cenário internacional depende da construção de uma estratégia de longo prazo baseada na promoção da inovação, no fortalecimento da indústria de alta tecnologia e na melhoria da articulação entre Estado, setor produtivo e sistema educacional. Ainda que não seja possível replicar integralmente o modelo sul-coreano, suas diretrizes oferecem importantes subsídios para a formulação de políticas voltadas ao aumento da competitividade e à redução das desigualdades econômicas e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Eduardo José. **Década perdida: 1980-1990**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/decada-perdida-1980-1990>. Acessado em 27/10/2025.

BARRUCHO, Luis. **Os números por trás do Milagre Econômico no Brasil da Ditadura do Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c17d57rqeexo>. Acessado em 02/01/2026.

Compare a Economia dos Países Brasil vs Coreia do Sul. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/paises/comparar/brasil/coreia-do-sul>. Acessado em 24/12/202.

CUNHA, Guilherme Lopes da; APPEL, Thiago Nasser. **Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparados: América do Sul e Leste da Ásia**, Volumen 12, Número 13 (enero - junio), Bogotá, D. C. – Colombia, 2014. Disponível em: <https://revistacientificaesmic.com/index.php/esmic/article/download/156/429/1823>. Acessado em 27/10/2025.

Dados mundiais. Comparação de Países). Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/comparacao-paises.php?country1=KOR&country2=BRA>. Acessado em 05/11/2025.

DALLEMOLE, Dilamar. Competitividade Internacional, Ciência e Tecnologia. *In Desenvolvimento em Questão*, Ano 3, n. 5, jan./jun., 2005. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/105>. Acessado em 05/11/2025.

DOSI, Giovanni. Paradigmas tecnológicos e trajetórias tecnológicas: uma interpretação sugerida dos determinantes e direções da mudança tecnológica. In: DOSI, Giovanni. **Mudança técnica e transformação industrial: a teoria e uma aplicação à indústria de semicondutores**. Campinas: UNICAMP, 2006.

FEITOSA, Cid Olival. A Importância da Inovação para o Desenvolvimento Local. *In Economia política do desenvolvimento*, Maceió, vol. 4, n. 12, p. 29-50, set./dez. 2011. <file:///C:/Users/usuario/Downloads/cidolival,+786-2573-1-CE.pdf>.

FORTES, Francisco Alexandre de Paiva. **Inovação Tecnológica: Uma Análise Comparativa Brasil-Coreia do Sul**. Estudos, Goiânia, v. 35, n. 4, p. 667-687, jul./ago. 2008.

FREEMAN, Christopher; SOETE, Luc (org.). **Techno-Economic Paradigms: Essays in Honour of Carlota Perez**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2008

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GDP per Capita (Current U\$) - Brazil. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?locations=BR>. Acessado em 24/11/2025.

IBGE: Estatística do Século XX. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais>. Acessado em 02/01/2024.

KIM, Jonny Jong Hum. **Uma análise do crescimento econômico do Brasil e Coreia do Sul**: Fatores que explicam o crescimento do PIB nos últimos anos. (Monografia, Ciências Econômicas), INSPER, 2010. Disponível em: <https://repositorio-api.insper.edu.br/server/api/core/bitstreams/42886ddd-a379-4ab4-823e-5b8786f62861/content>. Acessado em 21/11/2025.

KIM, Linsu. **Da Imitação a Inovação**: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia /Linsu Kim; Tradutor Maria Paula G. D. Rocha – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

LIMA, Uallace Moreira. O Debate Sobre o Processo de Desenvolvimento, uma linha alternativa de interpretação. *In: Economia e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 3 (61), p. 585-631, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/6BW95ffZX6qx3CgdHtXVFzQ/?lang=pt>. Acessado em dez/2025.

MARQUES, Mabel Diz; ROSELINO, José Eduardo; MASCARINI, Suelene. Taxonomias tecnológicas e setoriais da indústria de transformação brasileira. **Revista Brasileira de Inovação**. Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 417–448, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20396/rbi.v18i2.8653882>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8653882>. Acesso em: 27 abr. 2026.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Tradução: Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

NIEMEYER NETO, Luis Moraes de. Indústria de Semicondutores, Estado e Política Industrial, implantação e Desenvolvimento da Indústria Sul Coreana de memórias DRAMs de 1961 a 1995. *In: Oikos*, Vol. 23, n. 3, pgs.24-39, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/OIKOS_23.03_Artigo+2_1P-2.pdf. Acessado em 20/12/2025.

PORFÍRIO, Francisco. Cultura brasileira: da diversidade à desigualdade. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cultura-brasileira-diversidade-desigualdade.htm>. Acesso em 26 de abril de 2026.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Tradução: Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

WADE, Robert. O Estado desenvolvimentista: vivo ou morto? Traduzido e revisado por: Flavio Gaitán, Carlos Eduardo Santos Pinho e Ana Célia Castro. *In*: Desenvolvimento em Debate. vc. 49, n. 2, pp 518-546, Rio De Janeiro, 2018.

Disponível em:

https://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_v_6_n_2_Robert_Wade.pdf.

Acessado em 21/12/2025.